

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – BACHARELADO

ALAWERO MEYNAKO

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES DO XINGU:
AUTONOMIA E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO**

Goiânia
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome completo d autora: Alawero Meynako

Título do trabalho: O Protagonismo das Mulheres do Xingu: autonomia e ocupação do espaço político

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Mainardi, Professor do Magistério Superior**, em 05/08/2024, às 23:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alawero Meynako, Discente**, em 09/08/2024, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4639384** e o código CRC **F016C089**.

Referência: Processo nº 23070.031604/2024-55

SEI nº 4639384

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – BACHARELADO

ALAWERO MEYNAKO

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES DO XINGU:
AUTONOMIA E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Sociais junto
ao curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal de Goiás.

Orientadora: Profa. Dra. Camila
Mainardi

Goiânia

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Meynako, Alawero

O protagonismo das mulheres do Xingu: autonomia e ocupação do espaço político [manuscrito] / Alawero Meynako. - 2024.
41, f.

Orientador: Profa. Dra. Camila Mainardi.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), , Goiânia, 2024.

1. Território indígena. 2. Mulheres do Xingu . 3. ATIX-Mulher. I. Mainardi, Camila, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de 2024 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “O Protagonismo das Mulheres do Xingu: autonomia e ocupação do espaço político”, de autoria de Alawero Meynako, do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. Os trabalhos foram instalados pela Profa. Dra. Camila Mainardi - orientadora (FCS/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Profa. Dra. Monica Thereza Soares Pechincha (FCS/UFG) e da Profa. Ma. Joana Sirley da Costa Porto (PPGAS/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 9.0, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Mainardi, Professor do Magistério Superior**, em 05/08/2024, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Thereza Soares Pechincha, Professora do Magistério Superior**, em 06/08/2024, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joana Sirley Da Costa Porto, Usuário Externo**, em 09/08/2024, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4639381** e o código CRC **AF5546D4**.

AGRADECIMENTOS

Chegou esse momento tão esperado, meu coração não para de bater rápido, mas é uma sensação boa.

Primeiramente, quero agradecer à minha amada mãe Yakualu Meynako Yawalapiti, uma mulher forte, que fala 4 idiomas: Mehinako, Yawalapiti, Kuikuro e Kamaiura. E arranha no português. Mesmo não sendo letrada, quando eu disse que tinha o sonho de fazer pelo nosso povo, ela sempre me apoiou, me ensinou desde pequena que não podemos desistir das coisas que queremos. E falou que o mundo não indígena é “outro mundo”. Realmente é outro mundo, esse mundo que nós indígenas tivemos que nos adaptar, mas que precisamos ter acesso a essas ferramentas. E meu pai também.

Agradeço à minha irmã querida, Ayue Meynako, a que me influenciou a entrar nesse mundo. Sempre me apoiou, mesmo de longe se mantinha presente na minha vida. Parece que ela sentia que eu estava triste. E levantava. Agradeço meus irmãos pelo apoio deles.

Muito obrigada à minha melhor amiga Ana Trumai, por cuidar de mim, como se fosse irmã, criamos esse vínculo tão forte. Entramos na faculdade juntas e estamos na etapa final. Um agradecimento à minha amiga, Flor. Pelas conversas e conselhos. Eu dizia a você que quando crescesse queria ser igual a você, inteligente.

Agradecer à Thais pelo ensinamento, pela sua paciência comigo. Obrigada Juliana pela sua paciência e por compartilha-la um pouco comigo (risos) e pelas conversas de motivação. Muito obrigada Matheus por não desistir de mim, sou um pouco difícil as vezes.

E gratidão às minhas manas indígenas da UFG, por não me deixarem desistir do meu curso.

E, para finalizar, minha gratidão à minha orientadora Camila Mainardi. Primeiramente agradecer pela paciência e por sempre ser compreensiva, me senti muito acolhida por ela. Muito obrigada!

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a autonomia e a ocupação do espaço político pelas mulheres do Xingu, com ênfase na atuação e organização da ATIX-Mulher. As mulheres indígenas, como protagonistas na luta dos povos originários, destacam-se pela sua atuação em diversas frentes, desde a produção e manejo da terra até a saúde e a educação. O Movimento de Mulheres do Xingu teve um papel crucial, especialmente na elaboração da Carta das Mulheres Indígenas e na construção da Marcha de Mulheres Indígenas. A análise dessa atuação se justifica pela necessidade de compreender as mobilizações empreendidas e a multiplicidade de dinâmicas na ocupação do espaço político, além de relacionar as especificidades do Xingu com a causa indígena no Brasil. A pesquisa teve como base a discussão bibliográfica e análise de documentos e informações disponíveis online, e foi organizada em dois capítulos.

Palavras-chave: Território indígena, Mulheres do Xingu, ATIX-Mulher.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyse the autonomy and occupation of political space by the women of the Xingu, with an emphasis on the work and organization of ATIX-Women. As protagonists in the struggle of indigenous peoples, indigenous women stand out for their work on various fronts, from production and land management to health and education. The Xingu Women's Movement played a crucial role, especially in drawing up the Indigenous Women's Charter and building the Indigenous Women's March. The analysis of this action is justified by the need to understand the mobilizations undertaken and the multiplicity of dynamics in the occupation of political space, in addition to relating the specificities of the Xingu to the indigenous cause in Brazil. The research was based on bibliographical discussion and analysis of documents and information available online, and was organized into two chapters.

Keywords: Indigenous territory, Women of the Xingu, ATIX-Women.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - LUTA POR RECONHECIMENTO: A ATIX-MULHER E AS LUTAS DAS MULHERES INDÍGENAS DO XINGU	16
CAPÍTULO II – FEMINISMO INDIGENA, RECONHECIMENTO E NOVAS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

Eu sou Alawero Meynako, venho de uma família muito grande, com 13 irmãos. Das 8 irmãs, sou a única que decidiu sair da aldeia para estudar na cidade. Saí aos 18 anos, enquanto alguns permaneceram na aldeia, exceto um irmão que também está na faculdade. Nasci na aldeia Kurizevo, localizada na divisa do Território Indígena do Xingu (TIX). Desde pequena, presenciei alguns conflitos e invasões de pescadores em nosso território. Sempre tive em mente a necessidade de lutar e proteger nossa terra, ajudando meu pai a dialogar com os invasores e afirmando que aquele não era o lugar deles.

Passei por todos os rituais tradicionais que uma mulher do povo Mehinako deve vivenciar. Após completar esses rituais, decidi me mudar para a cidade com o objetivo de estudar e fazer a diferença. Iniciei meus estudos na Universidade Federal de Goiás (UFG), no curso de Bacharelado em Ciências Sociais.

Em 2018, minha prima de primeiro grau me convidou para participar do movimento das mulheres indígenas. Na época, eu ainda não sabia em qual direção seguir na luta pelos direitos das mulheres, mas estava disposta a me envolver. Minha prima e outras mulheres do movimento visitavam aldeias para conversar com as mulheres sobre nossos direitos, como nos articular e ter nossa própria renda, acessando projetos.

Eu entrei para o Movimento das Mulheres do Xingu (MMTIX) e comecei a ajudar na coordenação, principalmente através do WhatsApp. Nem todas as mulheres tinham acesso ao aplicativo, mas as mais novas e algumas lideranças o utilizavam, muitas vezes enviando áudios para se comunicarem.

Em 2023, recebi uma ligação de Watatakalu, minha prima e coordenadora da ATIX-Mulher, que me fez uma proposta: ser coordenadora de campo, pois a anterior havia desistido para continuar seus estudos. Inicialmente, recusei por estar na faculdade e o trabalho exigia presença em outro estado. Contudo, após uma semana, minha prima retornou, insistindo. Concordei com a condição de participar apenas em eventos e durante as férias.

Em março de 2023, durante minhas férias, fui para Canarana-MT, onde fiquei um mês e comecei a trabalhar com as mulheres locais. Devido à urgência, minha eleição como coordenadora de campo ocorreu via WhatsApp. As

mulheres do grupo aprovaram minha nomeação, destacando minhas habilidades linguísticas e meu conhecimento tanto do mundo indígena quanto do não indígena. Assim, fui eleita e comecei minha atuação.

Assim começou minha jornada dentro do TIX. Estava muito empolgada e animada, mas também um pouco assustada, pois agora represento 16 povos do Xingu, cada um com língua e cultura diferente. Isso me faz sentir uma grande responsabilidade.

Tenho conhecido as quatro regiões do território, algo que não tive a oportunidade de fazer antes. Sempre brinco dizendo que seria meu “sonho de princesa” conhecer todas as aldeias do Xingu, e agora estou realizando esse sonho. Meu trabalho envolve visitar aldeias, conversar com as mulheres, ouvir suas demandas e ver como podemos apoiar suas iniciativas de projetos sustentáveis. Participo de mobilizações em Brasília, como o Acampamento Terra Livre (ATL), e da Marcha das Mulheres com a TIX Mulher, coordenando a participação das mulheres nesses eventos e cuidando delas durante as mobilizações.

A luta dos povos originários no Brasil tem como protagonista a atuação das mulheres. Um registro fotográfico marcante em relação à luta dos povos indígenas no Brasil trata-se de Tuíre (Imagem 1), uma mulher *Mêbêngôkre*, que marcou a distinção entre a atuação do Estado brasileiro e as pautas específicas desse povo (MARTINS; SILVA, 2022). As mulheres exerceram um papel fundamental nas mobilizações e organização da causa indígena no Brasil. Nós, mulheres indígenas, nos articulamos não apenas em favor de uma maior divulgação das pautas de nossas comunidades, mas também no estabelecimento de novos modos de atuação, capazes de levar em consideração nossa autonomia e capacidade de organização.

Imagem 1 – Tuíre na reunião dos indígenas contra a construção da hidrelétrica de Kararô, atual Belo Monte, em Altamira (PA)



Fonte: Protássio Nenê (1989)

Estabeleço enquanto recorte no presente trabalho a luta das mulheres indígenas do Xingu, território e movimento dos quais faço parte. Com base na descrição do parágrafo anterior, pode-se observar que a luta das mulheres indígenas – e, por consequência, também a luta das mulheres indígenas do Xingu – destaca-se, sobretudo, pela existência de uma certa autonomia frente à ocupação do espaço político. Esse processo reverbera, principalmente, em um maior protagonismo desse grupo social, conduzindo à uma maior divulgação da causa indígena, na reafirmação da identidade étnica e na ocupação dos espaços políticos (SILVA, 2021, p.98).

Nesse contexto, se insere o Movimento de Mulheres do Xingu, formado por mulheres de diversos povos, que se dividem em diversos coletivos e modos de atuação política. Nós, xinguanas, possuímos um núcleo no Território Indígena do Xingu, o Movimento das Mulheres do Território Indígena do Xingu (MMTIX), que atua em frentes distintas, desde a produção e manejo da terra, na saúde, educação e, fundamentalmente, na articulação com outros coletivos e movimentos indígenas.

Esse processo de atuação e articulação política autônoma corroborou, por sua vez, para a realização da Plenária Nacional das Mulheres Indígenas. A

plenária, que é realizada desde 2017, busca concentrar diversos coletivos, movimentos e coletivos de mulheres indígenas, objetivando não somente promover um contato entre os diferentes grupos, mas também promover a construção de um movimento nacional de mulheres indígenas (SILVA, 2021, p.101).

Além disso, em 2019, conseguimos protagonismo na criação do Departamento da Mulher dentro da Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX), passando a reunir diversos coletivos e interesses das mulheres xinguanas. Esse processo permitiu estabelecer uma discussão não apenas centrada na preservação do meio ambiente e dos modos de vida específicos, mas também de combate ao machismo dentro e fora do território.

Dessa forma, este trabalho tem por objetivo analisar a autonomia de mulheres e a ocupação do espaço político através do protagonismo das mulheres do Xingu, dando ênfase na atuação e organização da ATIX-Mulher. Como objetivos específicos, pretendeu-se: discorrer sobre a luta das mulheres indígenas do Xingu; observar o papel das mulheres na causa dos povos indígenas do Xingu; apresentar os desafios para o protagonismo das mulheres do Xingu.

Para a realização desse trabalho, recorreu-se a pesquisa bibliográfica como instrumento de investigação científica. De acordo com Gil (2017, p.50), essa modalidade de pesquisa pode ser definida como aquela que tem como fonte de investigação materiais publicados. Desse modo, pode-se mencionar livros, artigos, revistas, jornais, boletins, entre outros. A pesquisa bibliográfica possibilita aos pesquisadores cobrirem uma vasta gama de discussões, relações, dinâmicas e desenvolvimentos.

Com isso, utilizei repositórios e indexadores de literatura científica, tais como o *Scholar Google*, a *Scientific Electronic Library Online*, o Portal de Periódicos da CAPES e o Repositório Institucional da Universidade Federal de Goiás. Diante disso, torna-se importante estabelecer critérios de inclusão e de exclusão. Como critérios de inclusão, buscou-se considerar produções realizadas em português e que dialoguem com a temática e os objetivos da pesquisa. Por outro lado, como critérios de exclusão, excluí-se produções que não abordem ou não contribuam efetivamente com os objetivos do trabalho.

Desse modo, pode-se evidenciar que a atuação do Movimento de mulheres do Xingu exerceu um papel importante nesse processo, em especial na elaboração da Carta das Mulheres Indígenas e na construção da Marcha de Mulheres Indígenas. Com base nisso, investigar esse processo justifica-se, sobretudo, pela necessidade de compreender as mobilizações empreendidas por esse movimento, destacando a multiplicidade de dinâmicas existentes na ocupação do espaço político.

Atrelado a isso, observa-se que essa temática permite analisar como esse movimento relaciona as especificidades do Xingu, seu papel dentro da comunidade, e a causa indígena no Brasil. Ademais, insta mencionar que o Movimento de Mulheres do Xingu possui uma atuação multidisciplinar e multimodal, o que favorece a construção de uma análise que compreende outros modos e processos de luta política. É multidisciplinar porque possui uma dinâmica que não se limita a política partidária, mas na auto-organização e autogestão dos seus espaços. Por outro lado, é multimodal porque não possui necessariamente uma única dinâmica, mas é experimentada a partir das experiências, relações e vivências coletivas.

A abordagem da presente temática se justifica em virtude da inquietação em relação à luta de mulheres indígenas, pauta sucumbida, muitas vezes a uma aura de invisibilidade. Além disso, a presente pesquisa surge também com o objetivo de compartilhar vivências das quais fiz parte, trazendo a minha voz, junto da de tantas outras mulheres que integram o movimento de mulheres indígenas. Conforme veremos no decorrer do presente trabalho, não apenas a mulher indígena se encontra sucumbida a duas formas de opressão – situadas no fato, preliminarmente, de ser mulher, e ainda por ser indígena –, como também suas lutas muitas vezes acabam ficando à margem de outros movimentos sociais.

Isto posto, a organização do presente trabalho se dispõe em dois capítulos: “Luta por reconhecimento: a ATIX-Mulher e as lutas das mulheres indígenas do Xingu”, onde se objetiva analisar a trajetória e os desafios das mulheres indígenas no Território Indígena do Xingu, destacando a importância de uma abordagem interseccional para compreender as opressões étnicas e de gênero. No capítulo em questão, abordamos a criação da Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX) e da ATIX-Mulher, evidenciando como essas

organizações têm promovido a luta por direitos, igualdade de gênero, visibilidade e autonomia das mulheres indígenas, enfrentando o machismo e fortalecendo a representatividade dentro e fora do território.

O segundo capítulo, “Feminismo indígena, reconhecimento e novas práticas de organização política”, por sua vez, objetiva investigar a existência do feminismo indígena, analisando as dificuldades das mulheres indígenas em expor suas reivindicações. A partir da fala de Sônia Guajajara e de autores como Rabelo, Paraguassú e Silva (2021), discutimos as especificidades do feminismo indígena, que busca protagonismo dentro e fora das aldeias, além da interseção de opressões étnicas e de gênero. O capítulo em questão aborda a crescente participação política das mulheres indígenas nas últimas décadas, destacando o conceito de feminismo comunitário e suas estratégias de auto-organização. Finalmente, objetivamos analisar a maneira como o protagonismo das mulheres indígenas contribui para a luta dos povos indígenas no Brasil, enfatizando a importância de uma abordagem interseccional para compreender e apoiar suas reivindicações sociais e políticas.

CAPÍTULO I - LUTA POR RECONHECIMENTO: A ATIX-MULHER E AS LUTAS DAS MULHERES INDÍGENAS DO XINGU

A luta dos povos indígenas no Brasil permaneceu, por um longo período, invisibilizada, tanto em relação a esses agentes sociais, os povos indígenas brasileiros, quanto em relação às suas perspectivas e experiências. Essa última forma de invisibilidade, situada no âmbito epistêmico, se dá em virtude da mediação pelo olhar dos brancos e corrobora com um cenário onde é notável o impacto significativo à exposição desfechada de seus modos de vida, sua cultura, suas demandas e lutas.

Nesse contexto, ao deslocar o olhar para nós, mulheres indígenas, percebe-se uma dinâmica que não apenas tenta apagar nossas experiências e lutas, quanto busca colocá-las em uma dinâmica que reproduz as opressões de gênero que permeiam a própria vida em sociedade.

Com base nisso, ao considerar a história do Movimento de Mulheres do Território Indígena do Xingu (MMTIX), verifica-se a necessidade de se pensar de forma interseccional os meandros das opressões étnicas e de gênero, não apenas como um processo que carece de um olhar antropológico, mas também como uma forma de contribuir para os estudos antropológicos de gênero.

Antes, entretanto, de dar tocante à discussão do trabalho, urge trazer uma apresentação do Território Indígena do Xingu (TIX). As informações que se seguem, relacionadas a uma descrição do mesmo, advêm do documento “Almanaque Socioambiental”, concebido pelo Instituto Socioambiental (ISA) em 2011.

Nosso território, o TIX, se situa no norte do estado de Mato Grosso, espaço geograficamente marcado por uma rica diversidade socioambiental – motivada por aspectos como esse ser uma própria zona de transição entre dois biomas: o cerrado e o amazônico. Tal região, também chamada de Parque Indígena do Xingu, foi criada pelo presidente Jânio Quadros, em 1961, em consequência de processos como a “Expedição Roncador Xingu” ou a “Marcha para o Oeste”, ambos movimentos de interiorização brasileira desenvolvidos durante o governo de Getúlio Vargas.

Ao que tange a maiores detalhes do processo de criação do Parque Indígena do Xingu, bem como à compreensão de sua importância, devemos retornar aos anos 1500, quando se deu o primeiro contato com os brancos. Tal processo, o qual ainda se insiste chamar de “descobrimto”, foi marcado por sangue, violência e exploração. As expedições europeias – e, posteriormente brasileiras, constituídas pelos bandeirantes – para exploração da flora e da fauna brasileiras, culminaram em uma ameaça inigualável aos povos indígenas, ao passo em que ocorria a meta de se ocupar e integrar todo o Brasil.

Nos anos 1940, esse processo de ocupação tinha enquanto principal alvo o centro do Brasil, de modo que, em 1943 o então presidente Getúlio Vargas apostou na criação da Fundação Brasil Central (FBC), instituição de apoio ao presidente durante a Expedição Roncador-Xingu, com a missão de abrir estradas, constituir campos de pouso, conceder condições logísticas para uma rota Rio de Janeiro-Manaus e explorar os minérios da região. Um “raio-x” da Expedição Roncador-Xingu aponta que, durante sua ocorrência, foram abertos cerca de 1500 quilômetros de picadas, navegados e explorados cerca de 1000 quilômetros de rios, nomeados e explorados 6 rios até então não conhecidos, abertos 19 campos de pouso, abertas 4 bases militares e implantados 6 marcos geodésicos de coordenadas geográficas (ALMEIDA, 2018, p.6).

Participaram da Expedição Roncador Xingu nomes como os irmãos Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Bôas, os quais objetivavam na época a constituição de uma frente de contato com os povos indígenas da região. A proposta dos irmãos, no entanto, só obteria o apoio político necessário à sua ocorrência em 1951, por meio do Serviço de Proteção ao Índio.

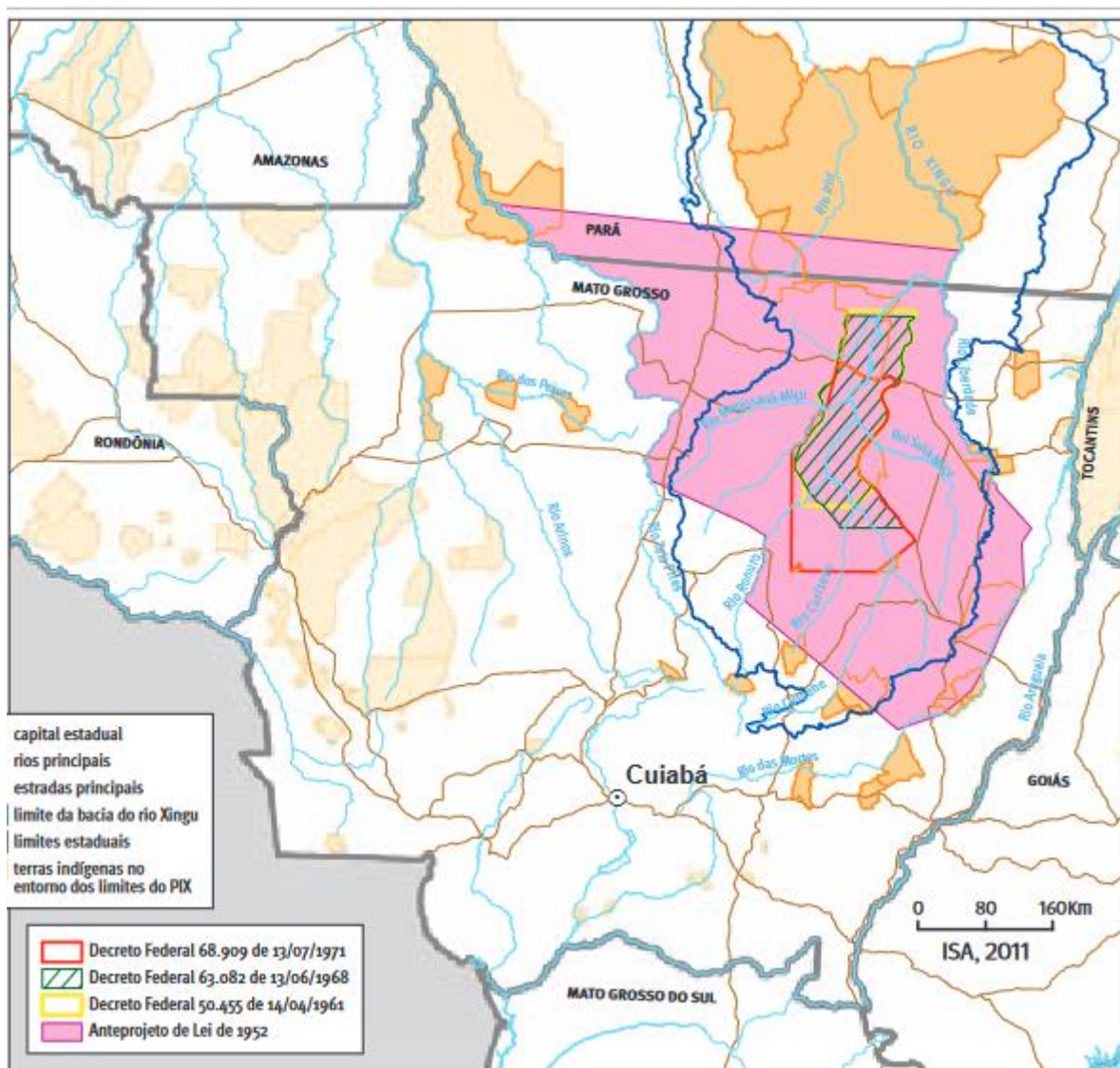
A inquietação dos irmãos Villas Bôas se desdobrava em uma tensão em relação ao formato colonizador da ocupação de terras instituído pela expedição. Os irmãos, nesse sentido, defendiam a delimitação de um espaço reservado aos povos indígenas ameaçados; todavia, a proposta, como esperado, teve resistência de diversos setores da sociedade no período – sobretudo aqueles interessados no mercado de terras (SCHNEIDER; ALMEIDA, 2018, p.278).

Em 1952, ocorre uma pequena virada nesse processo, manifestada através do convênio entre a Fundação Brasil Central e o governo do Mato Grosso, onde algumas áreas eram destinadas às atividades de desbravamento,

e outras loteadas pelo governo do Mato Grosso. Ademais, em 1953 é criado o Projeto de Lei nº14/53, que visava a criação do Parque Indígena do Xingu, com uma área de 20.575.000 hectares. Todavia, o parque só surgirá de fato em 1961, através do Decreto nº 50.455, que criava o Parque Nacional do Xingu com 22 mil quilômetros quadrados (medida 10 vezes menor que a proposta inicial, do Projeto de Lei nº14/53).

O mapa da Imagem 2 nos permite constatar as diversas reestruturações pelas quais o Parque passou – vale menção de que foram dez alterações até o presente.

Imagem 2 – Alterações no território do Parque Indígena do Xingu



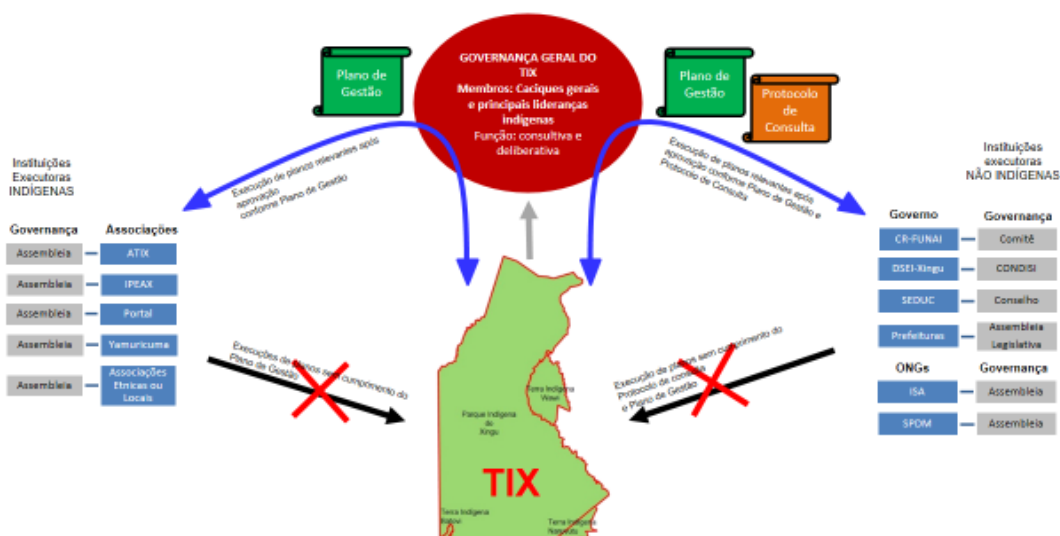
Fonte: ISA, 2011

cerca de 385 indígenas), Kamaiurá (especialistas na produção de arcos e com uma população de cerca de 465 indígenas), Kuikuro (especialistas na fabricação de colares e cintos de caramujos de terra, têm uma população de cerca de 520 indígenas), Matipu (especialistas na constituição de colar de caramujos, têm uma população de cerca de 150 indígenas), Mehinako (especialistas no processamento de sal de aguapé e na produção de algodão, têm uma população de cerca de 250 indígenas), Nahukuá (especialistas na produção de colares de conchas, têm uma população de cerca de 130 indígenas), Naruvotu (especialistas na fabricação de colares e cintos de caramujos, além de terem um profundo conhecimento geográfico; sua população é de cerca de 70 indígenas), Trumai (responsáveis pela introdução das festas jawari e tawarawanã no TIX, têm uma população de cerca de 100 indígenas), Wauja (especialistas na fabricação de cerâmica, têm uma população de cerca de 410 indígenas) e Yawalapiti (com uma população de cerca de 160 indígenas). Nos limites da área demarcada, encontram-se os povos Ikpeng com uma população de cerca de 460 indígenas), Kaiabi (especialistas na agricultura e no artesanato de peneiras, enfeites e tecidos, têm uma população de cerca de 1190 indígenas), Kĩsêdjê (com cerca de 330 indígenas), Tapayuna (com uma população de cerca de 60 indígenas) e Yudja (especialistas na fabricação de canoas, têm uma população de cerca de 350 indígenas) (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2024, s.p).

Todos esses povos, que compõem o TIX, se organizam em diferentes organizações e coletivos, além de possuírem diferentes línguas e traços culturais. Todavia, será apenas no ano de 1994 que surgirá a Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX), que se torna uma importante organização de luta e defesa dos interesses dos povos indígenas do Xingu.

Além disso, pode-se observar que a gestão do TIX e, conseqüentemente, da ATIX, ocorre através da Governança. Essa perspectiva atua, sobretudo, como forma de coordenar a atuação dessas organizações dentro e fora do território. Assim, a Governança é formada, conforme a Imagem 4, com a participação dos caciques e outras lideranças indígenas, que dispõem do poder consultivo e deliberativo.

Imagem 4 - A Governança Geral Indígena e as instituições atuantes no TIX



Fonte: ATIX, 2020

As mulheres sempre participaram do movimento indígena, como Ana Terra e Watatalaku, filha de Piracumã, uma liderança forte e política que participava das mobilizações indígenas. Desde 2003, acontecia a Assembleia das Mulheres, mas a primeira foi organizada pela doutora Sofia Beatriz Machado de Mendonça, da UNIFESP, e Makupá Kayabi, então presidente da ATIX. Essas assembleias eram realizadas no Polo Leonardo, embora não se saiba exatamente em qual mês.

Essas assembleias focavam principalmente na saúde da mulher, mas não havia registro formal delas. Foi apenas em 2019 que ocorreu a Assembleia da Criação da ATIX Mulher, a primeira com registro oficial, incluindo ata e fotos disponíveis na internet. No entanto, as mulheres não consideram essa assembleia como a primeira, para não desconsiderar as anteriores, pois também eram muito importantes.

O movimento do MMTIX começou porque as mulheres sentiram a necessidade de ter voz, de se organizar e demandar suas especificidades. No início, eram poucas mulheres, tradicionais, da comunidade, de alguns povos. Elas começaram a enfrentar o desafio de participar e ouvir o que os homens debatiam e decidiam em relação às questões que aconteciam dentro e fora dos

territórios, as políticas, como defender nossos direitos, saber quais são os nossos direitos. O desafio das mulheres foi entender a importância disso. Essas mulheres começaram a buscar esse espaço. O problema, desde o início, foi a aceitação por parte dos homens de que as mulheres também tinham voz e decisão nos debates. Sempre diziam às mulheres que elas não deveriam participar, porque quem estava à frente do movimento indígena e da luta eram os homens. Elas queriam ser ouvidas e participar ativamente.

Foi muito difícil para elas ganhar respeito e consideração como mulheres; isso veio depois de algum tempo. Não tínhamos acesso à educação, não aprendíamos a falar português, escrever, ler; apenas algumas mulheres tiveram essa oportunidade de conhecer a cultura do não indígena. Foi a partir daí que o movimento começou a se fortalecer, porque as próprias mulheres já começaram a entender como funcionava, e, a partir daí, vieram mais mulheres para somar na luta. As mulheres começaram a realizar suas próprias reuniões, com suas pautas, sobre o que queriam conversar e como poderiam se organizar. E deu certo! Essa união entre as mulheres para entender o papel e a importância de participar desse movimento foi fundamental.

Ana Terra e Amairé Kayabi foram as mulheres que iniciaram as articulações, visitando diversas aldeias. Amairé é do Baixo Xingu e Ana Terra do Alto Xingu. Elas articularam com outras regiões, incluindo o Médio e Leste Xingu. Houve resistência inicial devido ao medo das mulheres, mas com muitas conversas e explicações, elas entenderam a importância de ter uma voz e ocupar espaços.

Assim, foi organizada a Assembleia de 2019, que aconteceu em Ilha Grande, no Baixo Xingu, do povo Kawaiweté (Kaiabi), onde a ATlx Mulher foi implantada. A ATlx Mulher é uma articulação das mulheres, um departamento dentro da Associação Terra Indígena Xingu (ATlx). Nessa assembleia, foram escolhidas duas coordenadoras: a coordenadora executiva Watatakalu, do Alto Xingu, e a coordenadora de campo Amairé Kayabi, do Baixo Xingu.

Nosso lema é “não ficar na frente nem atrás dos homens, mas sempre lado a lado deles na luta”. Watatakalu, do povo Yawalapiti, da região do Alto Xingu, Coordenadora Executiva da ATlx Mulher, está abaixo na imagem 5, e

Amairé Kaiabi, do povo Kawaiwete (Kaiabi), da região do Baixo Xingu, Coordenadora de Campo, na Imagem 6.

Imagem 5 - Watatakalu Yawalapiti



Fonte: ATIX-Mulher (2023)

Imagem 6 - Amairé Kaiabi



Fonte: Instagram (2023)

Depois da renúncia de Amairé, eu entrei para a ATIX-Mulher. O trabalho da ATIX-Mulher consiste em:

- **Representação:** Ela fala em nome das mulheres indígenas em reuniões e eventos.
- **Apoio a Projetos Sustentáveis:** Ajuda em projetos que geram renda, como a produção de sal, aguapé, polvilho, farinha e pimenta.
- **Fortalecimento Comunitário:** Promove a igualdade entre homens e mulheres e incentiva as mulheres a participarem das decisões das comunidades.
- **Educação e Capacitação:** Organiza cursos e treinamentos para ajudar as mulheres a aprenderem mais e a defenderem seus direitos.
- **Defesa do Território:** Protege o meio ambiente e as culturas indígenas, lutando contra ameaças às nossas terras.

No interior da ATIX, temos a ATIX-Mulher, uma das conquistas do movimento na constituição de uma coordenação das mulheres do TIX. Nosso processo de constituição do movimento foi realizado ao longo de 2 anos. No decorrer desse período, houve a construção de muito diálogo entre as lideranças mulheres do território.

Como bem destacam Regitano e Nahum-Claudel (2021, p.14), o papel das mulheres indígenas foi fundamental para o desenvolvimento e ampliação da luta dos povos indígenas no Brasil. No Xingu, segundo as autoras, verifica-se que a participação das mulheres ocorre não apenas através da participação em espaços políticos, mas também em todos os espectros da cultura e da vida.

De acordo com as autoras,

Evidente que resistência e rebeldia em face das normas sociais de gênero também podem ser coletivizadas e ritualizadas, e isso é exatamente o que acontece durante o ritual coletivo Yamurikumã nas comunidades alto-xinguanas do Brasil, caracterizadas pela hierarquia, oposição e atuação da alteridade. Os papéis são invertidos, os espaços são transgredidos e a mulher encontra canais paralelos nos quais cultivar satisfação, alegria e segurança em um mundo social marcado pela oposição e hierarquia de gênero (FRANCHETTO apud REGITANO; NAHUM-CLAUDEL, 2021, p. 14)

A participação das mulheres xinguanas na vida das comunidades demonstra que as dinâmicas e relações de gênero tornam-se distintas, o que baliza o protagonismo e a participação das mulheres em todos os espectros da vida social. Nesse sentido, podem-se destacar exemplos recentes da mobilização das mulheres xinguanas, seja na luta contra a pandemia de Covid-19 ou na preservação do meio ambiente (ATIX, 2020; 2022). Ademais, são também projetos desenvolvidos pela ATIX-Mulher a produção de sal vegetal – vinculada a um projeto de segurança alimentar das mulheres Mehinako – e a produção de polvilho, de farinha e produção de pimenta. Atendendo todas as mulheres de todas as regiões – também vinculada ao projeto de soberania alimentar (Imagem 6).

Imagem 6 – Atividade da ATIX-Mulher na Pandemia de Covid-19



Fonte: ATIX-Mulher (2021)

Embora a luta dos povos do TIX seja longa e a participação das mulheres indígenas tenha sido fundamental tanto para a mobilização da ATIX, quanto para a luta das comunidades, verifica-se que não havia um movimento específico que reunisse os diversos coletivos e grupos. Esse processo altera-se, sobretudo, a partir das experiências da Associação Yamurikumã das Mulheres Xinguanas (AYMX), que lança as bases para a construção de um movimento de mulheres mais amplo no Xingu.

A Associação surge em 2009, como uma forma de organização que pudesse ser referência para as mulheres xinguanas, uma vez que não havia espaços de protagonismo ou representatividade nas instâncias políticas. Desse modo, a associação foi uma das primeiras iniciativas no sentido de se tornar um movimento de mulheres no Xingu, buscando não somente a participação das mesmas nos espaços de poder e representação, mas também como forma de reunir e lutar pelas demandas específicas desse grupo.

Entre os objetivos da Associação, pode-se destacar:

Fortalecer as mulheres xinguanas para que possam participar e decidir junto com os homens sobre questões que afetam os povos do Parque Indígena do Xingu; Lutar por nossos direitos como mulheres e pelos direitos dos povos indígenas; Levar o pensamento e o posicionamento das mulheres xinguanas para o mundo do não-indígena; Levar informações importantes da sociedade não-indígena para as mulheres xinguanas; Buscar formas para solucionar problemas trazidos pela cultura do não-indígena; Melhorar a qualidade de vida das mulheres, das crianças e de nossas comunidades; Promover ações para valorizar nossas culturas e nossos conhecimentos (INSTITUTO CATITU, 2014).

As ações da AYMIX foram importantes para o estabelecimento de uma organização centralizada das mulheres xinguanas, de modo que pudessem estabelecer formas de articulação e mobilização dentro e fora das comunidades. Embora esse processo tenha contribuído de modo expressivo para a luta das mulheres do Xingu, percebe-se que dentro da Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX), o setor de mulheres ainda estava ausente de participação e representatividade.

Esse processo modifica-se, sobretudo, a partir da 5^a Assembleia das Mulheres Xinguanas, realizada entre os dias 24 a 26 de janeiro de 2019. Partindo de uma perspectiva de união do movimento das mulheres indígenas, mas não se limitando apenas a elas, lançou-se as bases para uma maior participação das mulheres na Associação Terra Indígena do Xingu.

Embora a ATIX-Mulher (Departamento) existisse desde o início da ATIX, observava-se a pouca participação das mulheres na direção e coordenação. Em razão dessa relação, isto é, da ausência de mulheres na coordenação, havia

certa separação entre a mulheres indígenas e a coordenação, uma vez que o cargo era ocupado por homens. Esse processo se modifica a partir da 5ª Assembleia, quando é proposta a necessidade de ocupação desse espaço, como forma de articular os interesses das mulheres indígenas e a necessidade de protagonismo frente à luta dos povos indígenas no Brasil.

A transcrição feita por Mello (2018) torna evidente a perspectiva de união e de fortalecimento da luta e da participação das mulheres do Xingu:

Nossas guerreiras xinguanas deixaram claro que compartilham dos mesmos interesses e objetivos. Mais do que nunca estamos unidas e certas de nosso futuro. Juntas e com muita coragem vamos trabalhar diariamente na construção de um novo mundo, mais justo e igual para todas e todos. UNIÃO, FORÇA E LUTA! (MELLO, 2018)

Nesse contexto, após a realização da 5ª Assembleia (Imagem 7), houve um esforço coletivo de mobilização para o fortalecimento da ATIX-Mulher e a participação das mulheres indígenas na direção e coordenação da seção. A reestruturação da ATIX-Mulher ocorreu apenas no dia 13 de maio de 2019, com o objetivo de contribuir e dar atenção às dinâmicas específicas da causa das mulheres xinguanas, dentro e fora do território (RAÍZES, 2021).

Imagem 7 – Assembleia das Mulheres do TIX



Fonte: TIX (2019)

Com base nisso, a ATIX-Mulher passou a ser coordenada por mulheres, levando em consideração não somente uma perspectiva de auto-organização, mas também buscando articular os coletivos de mulheres indígenas dentro e fora do Xingu, além de outras organizações, como a própria ATIX. Dessa maneira, observa-se que a ATIX-Mulher reúne não somente uma luta pela defesa dos interesses das mulheres indígenas e dos povos indígenas como um todo, mas também contra o machismo.

Ao que tange à luta desencadeada contra o machismo, torna-se importante resgatar as palavras grafadas no documento “O território é nossa vida”, elaborado de acordo com reivindicações advindas da I Marcha das Mulheres Indígenas, onde se lia que “O machismo é mais uma epidemia trazida pelos europeus” (O TERRITÓRIO É NOSSA VIDA *apud* SILVA, 2021). Silva (2021, p.108), complementa tal afirmação, frisando que as mulheres indígenas estão expostas cotidianamente a duas formas de invisibilidade e opressão: a primeira, advinda do fato de serem indígenas, a segunda, do fato de serem mulheres.

Emerge assim, nesse contexto, essa necessidade de se desencadear formas de organização que visem dar visibilidade à luta das mulheres indígenas, inclusive dentro das próprias aldeias. Apesar disso, Rabelo, Paraguassú e Silva (2021) afirmam que, muitas vezes, o machismo é responsável pela exclusão das mulheres de decisões políticas e sociais no interior de suas aldeias, posto que muitos homens indígenas acabam não reconhecendo as mulheres enquanto sujeitos de poder.

Fora do espaço das aldeias, Holanda (2018) aponta para o fato de que as mulheres indígenas são as mais expostas a situações de invisibilidade social e violência de gênero, ações geralmente provocadas por garimpeiros, pecuaristas ou pelo próprio Estado. Em simultaneidade, ao mesmo passo em que surgem, recentemente, coletivos que visam se levantar contra tais modelos de opressão, Sônia Guajajara (*apud* HOLLANDA, 2018, p.302) afirma a dificuldade em obter visibilidade através da luta das mulheres indígenas, posto que as pautas levantadas pelo feminismo indígena muitas vezes são diferentes daquelas invocadas por outros modelos de intersecção feminista.

Sob esse prisma, e retornando o foco à dimensão do ATIX-Mulher, devemos frisar que essa coordenação representa um importante marco na busca por igualdade de gênero e pelo protagonismo das mulheres indígenas, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e suas demandas sejam levadas em consideração nas decisões que afetam suas vidas e comunidades. Além disso, a atuação da ATIX-Mulher contribui para a promoção da cultura e da autonomia das mulheres xinguanas, fortalecendo sua identidade e papel na sociedade.

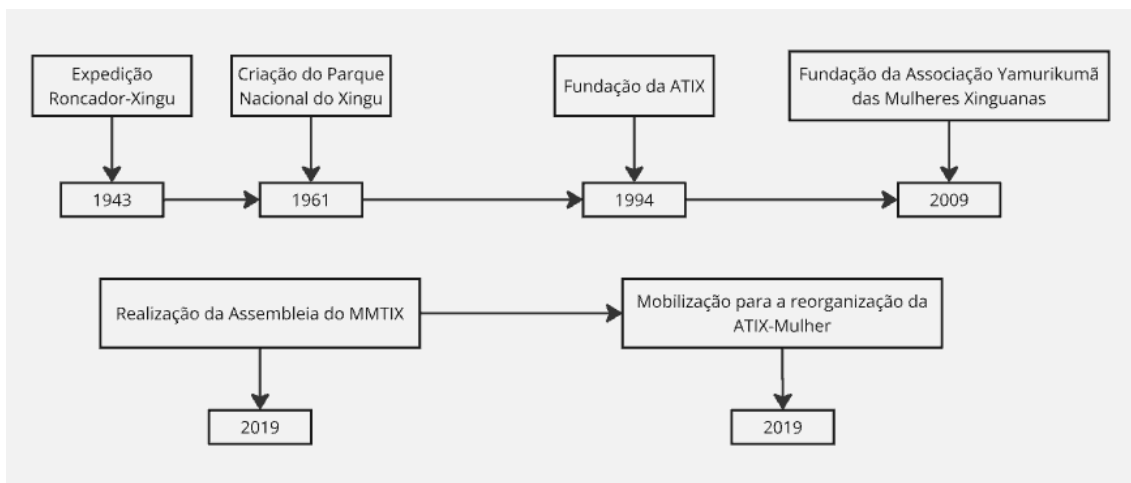
Destacando a luta contra o machismo, Watatakalu Yawalapiti, coordenadora da ATIX-Mulher, afirmou que:

Não posso falar sobre o machismo em outros povos indígenas, mas posso contar sobre a minha realidade. Posso dizer que por aqui ele é muito forte, embora as pessoas achem que não seja machismo. Mas o que acontece é perseguição, difamação de mulheres por aquilo que elas não fizeram, pressão psicológica para fazê-las desistirem de estudar assim que se casam e violência de todos os tipos (FAVALLE, 2022, s.p).

De fato, a luta da ATIX-Mulher é uma luta interseccional que abrange diversas questões, reunindo não apenas a preservação do meio ambiente, culturas e modos de vida indígenas, mas também a busca por igualdade de gênero e o enfrentamento das dinâmicas de opressão de gênero presentes nas sociedades. Esses interesses e perspectivas se entrelaçam na agenda da organização, que se torna não apenas um espaço de concentração de diferentes coletivos e movimentos de mulheres no Xingu, mas também um local de autonomia e auto-organização para as mulheres indígenas xinguanas.

A Imagem 8 demonstra a linha do tempo para a formação da ATIX-Mulher.

Imagem 8 – Linha do tempo



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A luta das mulheres indígenas no Xingu é antiga e conta com a mobilização de diversos coletivos e movimentos. As iniciativas propostas pela Associação Yamurikumã das Mulheres Xinguanas foram importantes para centralizar esses coletivos e pautas em uma ação conjunta. No entanto, a ATIX-Mulher vai além ao estabelecer uma articulação mais ampla, reunindo não apenas a participação nos espaços e instâncias de poder maiores, mas também representando as mulheres do Xingu dentro e fora do território.

O protagonismo das mulheres indígenas no Xingu, especialmente através da ATIX-Mulher, é uma conquista significativa na luta por direitos e igualdade, e demonstra a importância de ouvir e valorizar as vozes das mulheres indígenas nas decisões que afetam suas vidas, suas comunidades e o meio ambiente em que vivem. Essa busca por uma articulação mais ampla e uma representatividade sólida é fundamental para enfrentar os desafios que ainda persistem, construindo um futuro mais justo e equitativo para as mulheres indígenas do Xingu e de todo o Brasil.

CAPÍTULO II – FEMINISMO INDÍGENA, RECONHECIMENTO E NOVAS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

É possível afirmar a existência ou não de um feminismo indígena? No capítulo anterior, ao abordar a dimensão do machismo e das apostas organizacionais de mulheres indígenas, resgatamos o pensamento de Sônia Guajajara (*apud* HOLLANDA, 2018), que afirmava a dificuldade das mulheres indígenas em exporem as suas reivindicações. Trazendo uma transcrição da fala de Guajajara, lemos que

Existe um feminismo indígena, mas do nosso jeito. Talvez esse termo não seja o mais adequado para a nossa realidade. O feminismo soa radical, longe da gente. Mas temos sim buscado protagonismo dentro das aldeias e fora, nas nossas lutas, procurando visibilidade. Hoje, mulheres têm assumido os principais cargos dos movimentos indígenas estaduais e regionais. Uma vitória nossa, mas que contou também com o entendimento e os votos de muitos homens para acontecer. Para a gente, esse é o nosso feminismo: se empoderar e assumir o protagonismo (GUAJAJARA, 2017 *apud* HOLLANDA, 2018, p. 302).

Rabelo, Paraguassú e Silva (2021) ainda afirmam que o feminismo indígena passa por um processo de construção a par de outros modelos interseccionais do movimento feminista, uma vez que o primeiro preza, sobretudo, pela constituição de uma luta indígena coletiva em prol do bem-estar das comunidades e de seus territórios.

Ademais, ao considerar a construção e o desenvolvimento da teoria feminista, observa-se um conjunto de transformações, seja no âmbito de rupturas teóricas, quanto no estabelecimento de novas pautas de reivindicação. Desse modo, nota-se que essas transformações na teoria e na práxis feminista resultaram no surgimento de novos agentes e agências de efetivação da luta por igualdade de gênero.

Nesse sentido, para investigar a existência do feminismo indígena, torna-se necessário considerar, por sua vez, as bases constituintes dessa teoria e prática no Brasil. De acordo com Sueli Carneiro (2020, p.1), as dinâmicas inerentes ao colonialismo impactaram significativamente a vida de grupos sociais

subalternizados. Esse processo está relacionado a como a colonização no Brasil e na América Latina operou de modo que as populações negras e indígenas fossem submetidas à lógica da violência e do branqueamento social.

Carneiro (2020) destaca que essa violência colonial, perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas, desenvolveu processos singulares de dominação e subjugação. Dessa maneira, a autora destaca que:

São sucintamente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisicação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de armação de superioridade do vencedor (CARNEIRO, 2020, p. 2).

A condição das mulheres negras e indígenas na América Latina e, sobretudo, no Brasil, levou a um distanciamento em relação ao feminismo branco. Isso ocorre porque, segundo afirma Claudia Cardoso (2014, p. 979), o feminismo branco, embora tenha favorecido significativamente a luta das mulheres, demonstra um afastamento em relação a compreender as condições específicas das mulheres negras e indígenas.

Esse distanciamento está relacionado, principalmente, às dinâmicas interseccionais das mulheres negras e indígenas. Partindo do pensamento de Lélia Gonzalez e da necessidade de africanizar o feminismo, Cardoso (2014) argumenta que:

[...] o capitalismo patriarcal não consegue explicar as construções de gênero referentes às amefricanas, às mulheres negras, às indígenas, àquelas que estão nas margens, pois falta incluir “outro tipo de discriminação, tão grave como aquela sofrida pela mulher: a de caráter racial”. No seu pensamento, racismo e sexismo são apresentados como eixos estruturantes de opressão e exploração, e o redimensionamento do sexismo pela raça faz submergir as desigualdades de gênero que colocam as mulheres negras em uma dimensão das relações sociais diferente das mulheres brancas (CARDOSO, 2014, p. 974).

As limitações da prática e da teoria feminista, bem como as dificuldades em contemplar e compreender mulheres não-brancas, deram origem a rupturas que contribuíram para o surgimento de novas perspectivas em relação à luta das mulheres. Ao compreender de forma interseccional as dinâmicas às quais as mulheres negras e indígenas estavam submetidas na sociedade brasileira e latino-americana, verificou-se que esse distanciamento acabava corroborando para que esses grupos sociais invisibilizados fossem excluídos da teoria feminista e tivessem suas dinâmicas específicas marginalizadas.

Dutra e Mayorga (2019, p.119) verificam que nas últimas décadas as mulheres indígenas passaram a ocupar, cada vez mais, um espaço de protagonismo e de participação política. Embora as mulheres indígenas tenham atuado efetivamente na luta dos povos indígenas no Brasil, constata-se que seu protagonismo e liderança foram invisibilizados.

Esse processo se inverte, principalmente, nos últimos 20 anos, período em que as mulheres indígenas passaram a ocupar maiores espaços políticos, de representação, de mobilização e também os espaços acadêmicos. Dessa forma, destaca-se, a partir de Dutra e Mayorga (2019), que a identidade política das mulheres indígenas é formada de maneira interseccional através de diferentes categorias de opressão.

Desse modo, as autoras observam que, além das forças de dominação de gênero e das dinâmicas da estigmatização étnico-racial, as mulheres indígenas estão submetidas a um conjunto de outras violências e agressões que acabam por estabelecer uma nova "modernidade colonial de gênero", gerando novas identidades sociais e geoculturais (DUTRA; MAYORGA, 2019, p.120).

Assim, pode-se observar que em uma série de comunidades indígenas, o ser mulher acaba tendo efeito direto na forma como essas mulheres são vistas.

Não obstante, pode-se evidenciar que:

[...] a mulher indígena sempre transitou nas esferas periféricas da vida social, e assim ainda é usualmente retratada: estão nos bastidores preparando toda a comida para grandes cerimônias, cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos (pescar, caçar e derrubar mata para fazer roça são atividades e espaços do masculino), acompanhando a família em eventuais expedições na mata ou seguindo o marido em viagens à cidade, seja para este resolver problemas da comunidade ou mesmo para ela

obter gêneros e artigos “de fora” que lhes interessam, ou ainda quando há necessidade de intervenção médica, que só é possível encontrar no mundo urbano (SILVEIRA, 2018, pp. 34-5).

Diante disso, pode-se observar que o feminismo indígena está relacionado às dinâmicas e relações de gênero às quais as mulheres indígenas estão submetidas. Esse processo, como é verificado, vai além do movimento feminista branco, uma vez que este não consegue abarcar as relações e especificidades das dinâmicas de gênero em que essas mulheres estão inseridas (REGITANO; CLAUDEL, 2021).

Com base nisso, pode-se destacar que o feminismo indígena parte de uma perspectiva interseccional, compreendendo como os aspectos culturais, políticos e de gênero se entrelaçam para criar dinâmicas de opressão. O movimento compreende o machismo, nesse sentido, enquanto um fruto do aspecto colonial – como bem é ressaltado pelo documento “O território é nossa vida”, já destacado no capítulo anterior do presente trabalho –, além de atuar em prol de outras pautas que ultrapassam a reivindicação pelo protagonismo feminino, entrelaçando-se com questões situadas na luta pelo território, pela preservação socioambiental e cultural. Dessa forma, percebe-se que o feminismo indígena, sobretudo no Brasil, está diretamente associado ao feminismo negro, uma vez que ambos os grupos sociais - mulheres negras e indígenas - foram negligenciados pelo movimento feminista branco.

Verifica-se que o feminismo indígena se organiza de maneira diversa do movimento feminista branco, adotando novas experiências, relações e modos de organização. Assim, nas próximas páginas, busca-se analisar esse processo levando em consideração uma visão interseccional.

A maior participação das mulheres indígenas em espaços políticos deve-se a diferentes fatores e processos. Há de se concordar que a Lei de Cotas tenha favorecido significativamente a ampliação do acesso das populações indígenas no meio acadêmico e universitário. Entretanto, este não pode ser considerado um único fator, uma vez que no capítulo anterior destacaram-se inúmeros exemplos da participação e da luta das mulheres indígenas.

Nesse sentido, mesmo que a Lei de Cotas¹ constitua um importante avanço, permitindo o ingresso de homens e mulheres indígenas em várias áreas da educação superior e ao mesmo tempo para o estabelecimento de uma perspectiva intercultural da educação universitária, a luta das mulheres indígenas também está atrelada a uma anterioridade.

De acordo com Danielly Duarte,

Levantar a reflexão acerca da inserção das mulheres indígenas no campo político significa, também, analisar além de suas estruturas organizacionais, suas organizações políticas nos movimentos sociais de instâncias nacionais e internacionais, de forma que possibilite a disseminação de suas práticas político culturais mediante o estudo da questão indígena partindo das perspectivas de gênero e etnia. (Duarte, 2017, p. 26)

Desse modo, conforme observado por Duarte (2017), analisar a autonomia política das mulheres indígenas significa, por sua vez, verificar as representações e dinâmicas que envolvem não apenas os aspectos de gênero, mas também aspectos étnicos. Além disso, pode-se observar que esse processo não está atribuído a um único fator, mas entrelaça uma série de processos.

Assim, Duarte (2017) estabelece uma crítica em que a visão monolítica acaba por provocar uma dinâmica de exclusão e invisibilidade da agência na qual o Ser indígena está inserido no processo em que os indígenas e, sobretudo, as mulheres indígenas não são seres apáticos e sem perspectiva de ação efetiva na busca por seus direitos.

Maria Matos observa que:

Nas sociedades indígenas, a intermediação interlocutiva e a guerra com os/as Outros/as (indígenas de outros grupos, agentes não indígenas da sociedade e do Estado brasileiro) faz parte da esfera pública do universo masculino. Por muitos anos, entre os povos indígenas no Brasil, o papel político de interlocução e representação do grupo doméstico em espaços públicos, dentro e fora da aldeia, foram exercidos pelos homens com certa exclusividade. Por estarem diretamente ligadas às

¹ A “Lei de Cotas”, ou Lei nº12.711/2012 se apresenta enquanto uma medida do governo federal em prol da reserva de, no mínimo, 50% das vagas em universidades e institutos federais para estudantes oriundos de instituições públicas, além de reservas específicas para indivíduos declarados pretos, pardos, indígenas, ou de baixa renda; em 2016, passou a haver uma reserva de vagas também para pessoas com deficiência (PcD), através da Lei nº13.409/2016.

atividades do espaço doméstico, o poder participativo das mulheres nas tomadas de decisão coletiva da aldeia está diretamente ligado ao caráter político da esfera doméstica. (Matos, 2012, p. 147)

Nesse sentido, pode-se observar que as representações de gênero, dentro e fora das comunidades indígenas, acabam por colocar as mulheres indígenas em uma posição de desigualdade e subalternidade. Assim, destaca-se que nas lutas políticas e de representação, esse processo ficou marcado como um espaço masculino. Desse modo, pode-se observar que essa dinâmica se altera, sobretudo a partir de Andreza Bazzi (2019), que destaca a participação feminina mesmo sem o devido protagonismo.

Com base nisso, pode-se observar que

É fato que as mulheres indígenas, ao longo das últimas décadas, têm reivindicado, com maior veemência, sua participação nos espaços de poder, dentro e fora das comunidades indígenas, bem como sua inscrição social, na busca pela ampliação dos direitos dos povos indígenas e, de mesmo modo, pela ampliação dos debates em torno de suas demandas de gênero (BAZZI, 2019, p. 29).

Dessa maneira, verifica-se o advento do conceito de feminismo comunitário, definido como uma demarcação de ideias que busca restituir a agência de sujeitos subalternos e atua no sentido de revalorizar outras formas de pensar, conhecer, sentir e viver (BAZZI, 2019), ou, nos termos de Paredes (2016, s.p), movimento que atua em prol de uma “(...) construção, teórico-prático permanente, sobretudo pela mão de mulheres indígenas, e se estende por toda a América Latina (...) a partir das ruas, não a partir de partidos (...)”. De acordo com Bazzi (2019), ademais, a perspectiva do feminismo comunitário busca traçar uma ruptura com a colonialidade presente nas correntes do feminismo tradicional e ocidental, o que possibilita estabelecer novos conceitos e práticas feministas.

Paredes (2016) evidencia, ainda, que o diferencial vigente na abordagem do feminismo comunitário é notório desde seu desenvolvimento, desencadeado fora de espaços de elite ou intelectualizados. De acordo com a autora, o feminismo comunitário, antes disso, emerge de comunidades indígenas, camponesas, bairros populares ou até mesmo juntas de vizinhos. Outrossim, o

ditame das pautas de luta se dá por meio da construção de uma plataforma que englobe não apenas as mulheres, mas também companheiros do sexo masculino e/ou pessoas de outros gêneros.

Munindo-se deste conceito, pode-se evidenciar que a luta das mulheres indígenas no Brasil percorre um processo em que interseccionam aspectos de gênero, relações e dinâmicas culturais, luta por reconhecimento, entre outros. Nesse sentido, verifica-se que no contexto das mulheres indígenas, há uma direta relação entre as representações de gênero, os corpos e a terra.

Isso implica considerar, por exemplo, que as mulheres indígenas sempre estiveram, em maior ou menor grau, em um processo em que a luta por suas dinâmicas específicas de gênero esteve associada à defesa de seus modos de vida específicos. De forma objetiva, a luta das mulheres indígenas relaciona, ao mesmo tempo, uma luta por maior participação e por uma defesa da cultura, dos territórios e dos modos de vida de suas comunidades.

Nesse sentido, ao considerar essas dinâmicas no âmbito da ATIX-Mulher, verifica-se que a luta por protagonismo e pela ocupação dos espaços políticos torna-se distinta da luta empreendida pelos homens, pois considera os diversos aspectos, agentes e interesses presentes na comunidade. Com base nisso, a luta das mulheres indígenas é, eminentemente, uma luta coletiva e horizontal. Parafraseando uma militante da ATIX-Mulher, elas pensam nos aspectos mais gerais e não somente na defesa de seus interesses particulares.

No entanto, a luta pelo protagonismo no movimento indígena do Xingu não foi estabelecida sem resistência. Dessa maneira, observa-se que as representações de gênero que ocorrem nos espaços não indígenas também se reproduzem nos espaços indígenas. Houve resistência por parte dos homens e de uma parte expressiva da comunidade na fundação da ATIX-Mulher, na qual se observam discursos que buscavam desacreditar o movimento. A despeito disso, como bem afirma Watatakalu Yawalapiti (*apud* RABELO; PARAGUASSÚ; SILVA, 2021, p.272) ocorre uma dificuldade das mulheres indígenas em serem ouvidas e em combaterem as práticas e costumes machistas enraizados na tradição de seus povos.

Elas enfrentam vários desafios. Primeiramente, elas lidam com o machismo tanto dentro quanto fora de suas comunidades. Apesar de muitas

pessoas apoiarem os movimentos e a força da ATIX-Mulher, ainda há resistência por parte de alguns homens. Alguns não gostam quando a ATIX-Mulher visita suas aldeias, pois acreditam que isso coloca ideias novas nas cabeças das mulheres e que para só serve para atrapalhar.

Outro desafio é a invisibilidade das suas lutas. Muitas vezes, as batalhas e conquistas das mulheres indígenas não recebem a atenção e o reconhecimento merecidos.

Concomitantemente, observa-se que os apoios recebidos pelas mulheres indígenas foram fundamentais para a construção do coletivo. Em razão disso, pode-se mencionar o papel do cacique e de outras lideranças indígenas, que consideravam a importância de um maior protagonismo das mulheres diante das lutas e mobilizações que desenvolveram ao longo dos anos.

Desse modo, o protagonismo feminista e a luta das mulheres pela ocupação dos espaços públicos na ATIX-Mulher efetivam-se, principalmente, através de um processo de auto-organização, isto é, em independência de órgãos da política institucional tradicional. À vista disso, observa-se que as atividades e projetos da organização buscam não somente possibilitar uma maior participação de mulheres nos espaços de poder, mas também desenvolver projetos e ações que visam dar visibilidade à luta das mulheres.

Esse processo é importante, uma vez que possibilita não apenas trazer maior visibilidade para a luta da ATIX e das comunidades do Xingu, mas também permite que as mulheres indígenas participem com maior profundidade das mobilizações políticas e espaços de deliberação. Assim, destaca-se que esse processo é importante não somente para discutir as relações e dinâmicas de gênero, mas também é fundamental para um aprofundamento da luta dos povos indígenas do Xingu e do Brasil como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, foi possível constatar as pautas com as quais os coletivos de mulheres indígenas se relacionam, bem como sua importância na luta indígena como um todo. Nesse sentido, constatou-se que a partir do século XXI, as mulheres indígenas no Xingu passaram a se organizar em coletivos e organizações.

Nesse contexto, observa-se que a construção da ATIX-Mulher é fruto de um intenso processo de mobilização das mulheres indígenas, tanto dentro como fora do território. Não obstante, verificou-se que as dinâmicas que envolvem as representações de gênero e o machismo apresentaram limitações à reestruturação da seção. No entanto, observou-se que a existência de coletivos e grupos de mobilização nas aldeias foi importante para que a organização pudesse contar efetivamente com a participação das mulheres indígenas.

Com base nisso, constatou-se que a luta por protagonismo e participação nos espaços políticos efetiva-se por meio de projetos e atividades em que as mulheres indígenas não sejam apenas agentes, mas também as destinatárias das atividades. Embora esse processo não esteja isento de resistência, sobretudo por parte dos homens, percebe-se que a luta das mulheres indígenas busca compreender a totalidade e efetivar seu protagonismo considerando os aspectos específicos do *ser mulher* e do *ser indígena*.

O texto apresentado, ademais, é construído sobretudo enquanto um primeiro passo de uma discussão cujo a matéria-prima se constrói no presente. Os elementos que permeiam e constituem o feminismo indígena, observados a partir da discussão apresentada, vêm se tornando mais concretos a cada dia, sendo uma experiência ainda em trânsito.

Assim, busquei ao longo das páginas que se seguiram, a construção de um histórico em relação a tais lutas, bem como uma ação de atribuir significado, caracterizações e importância das mesmas. O resultado das lutas empreendidas no presente é dependente de todo um processo de construção, o que atribui um significado e importância também à discussão realizada no presente trabalho. Seus traços futuros, bem como resultados, entretanto, ainda estão em processo de construção – como a própria pesquisa aqui apresentada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thais Fregolent de. Expedição Roncador-Xingu (1943-1948): a tensão entre integrar e preservar os indígenas do Brasil Central. **História & Democracia**: Precisamos falar sobre isso, UNIFESP, Guarulhos (SP), Set. 2018.

ASSOCIAÇÃO TERRA INDÍGENA DO XINGU (ATIX). A aldeia inteira estava com covid. **Xingu +**, 16/03/2022. Disponível em: <<https://xingumais.org.br/acervo/aldeia-inteira-estava-covid>> Acesso em: Jun. 2023.

ASSOCIAÇÃO TERRA INDÍGENA DO XINGU (ATIX). Queimadas no pantanal e desmatamento na amazônia ameaçam comunidades. **Xingu +**, 18/02/2020. Disponível em: <<https://xingumais.org.br/acervo/queimadas-pantanal-desmatamento-amazonia-ameacam-comunidades>> Acesso em: Jun. 2023.

BAZZI, Andreza. **As mulheres Kaingang não saíram de uma costela de Adão**: protagonismo feminino na terra indígena Toldo Chimbangue da luta pela terra aos dias atuais (1980-2019). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

CARDOSO, Claudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Rio de Janeiro: Takano, 2020.

DUARTE, Danielly Coletti. Protagonismo de mulheres indígenas no espaço de poder: resistência e superação. **MovimentAção**, v. 4, n. 06, 2017.

DUTRA, Juliana Cabral; MAYORGA, Claudia. Mulheres indígenas em movimentos: possíveis articulações entre gênero e política. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 39, 2019.

FAVALLE, Patrícia. Mulheres que inspiram: Watatakalu Yawalapiti coordena o projeto Atix-mulher no Xingu. **How Bazaar!**, 11/04/2022. Disponível em: <<https://harpersbazaar.uol.com.br/estilo-de-vida/mulheres-que-inspiram-watatakalu-yawalapiti-coordena-o-projeto-atix-mulher-no-xingu/>> Acesso em: Mai. 2023.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2017.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

INSTITUTO CATITU. Associação Yamurikumã: fortalecendo as mulheres do Xingu!. **Instituto Catitu**, 2014. Disponível em:

<<https://institutocatitu.org.br/associacao-yamurikuma-fortalecendo-as-mulheres-do-xingu/>> Acesso em: Jun. 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Parque Indígena do Xingu: 50 anos.** São Paulo: Almanaque Socioambiental. 2011.

MARTINS, Wálisson Clister Lima; SILVA, Andressa Queiroz. Flechas lançadas ontem, rasgando o hoje e abrindo caminhos para o futuro. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, v. 5, n. 1, 2022.

MATILDA. Watatakalu e a formação de uma liderança feminista indígena. **Matilda**. 24/05/2018. Disponível em: < <http://matilda.my/editoria/watakalu-e-formacao-de-uma-lideranca-feminista-indigena/>> Acesso em Dez. 2023.

MATOS, Maria. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In. SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia. **Gênero e povos indígenas**. Brasília: Funai, 2012.

MELLO, Helio. Nota sobre a 5ª Assembleia Yamurikumã das mulheres xinguanas. **Jornalistas Livres**, 07/02/2018. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/yamurikuma/>> Acesso em: Jun. 2023.

PAREDES, Julieta. “O feminismo comunitário é uma provocação, queremos revolucionar tudo”. **Instituto Humanitas Unisinos**. 23/05/2016. Disponível em: < <https://www.ihu.unisinos.br/555380-o-feminismo-comunitario-e-uma-provocacao--queremos-revolucionar-tudo>> Acesso em Dez. 2023.

POVOS INDÍGENAS NO XINGU. **Xingu**. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xingu>> Acesso em 14 Jun. 2024.

RABELO, Nara Rúbia; PARAGUASSÚ, Alita Carvalho Miranda; SILVA, Nunes Xavier da. O discurso da mulher indígena na rede social Instagram: protagonismo e militância. **FacitTO**, vol.21, n.32, 2021.

REGITANO, Aline; CLAUDEL, Chloe. Perspectivas feministas na Amazônia indígena. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, v. 30, n. 2, p. e193718-e193718, 2021.

SCHNEIDER, Alberto Luiz; ALMEIDA, Thais Fregolent de. A Expedição Roncador-Xingu: (novos e velhos) bandeirantes na conquista da Fronteira Oeste. **Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n.3, p.243-287, nov. 2018.

SILVA, Joselaine Raquel. Protagonismo feminino nos movimentos indígenas no Brasil. Anais do **VII Encuentro de Estudios Sociales desde América Latina y el Caribe**, 2021.

SILVEIRA, Maria Luiza. **Mapulu, a mulher pajé: a experiência Kamaiurá e os rumos do feminismo indígena no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.